

Parque Solar Tapejara S.A.

CNPJ 42.926.558/0001-42

Tapejara - PR

**Demonstrações Financeiras do Exercício
Findo em 31 de dezembro de 2025**

Parque Solar Tapejara S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório de Administração	1
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	2
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da **Parque Solar Tapejara S.A.**, submete à apreciação de V. Sa., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, elaboradas de acordo com o padrão contábil brasileiro, referentes ao exercício social de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório do Auditor Independente.

Curitiba, 01 de abril de 2026.



Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Parque Solar Tapejara S.A.
Tapejara – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Parque Solar Tapejara S.A.** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Parque Solar Tapejara S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

Outros Assuntos – Auditoria do Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós ou por outro auditor independente.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 01 de abril de 2026.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 006.472/O-1
GEORGE ANGNES
Contador CRC-PR Nº 042.667/O-1

Parque Solar Tapejara S.A.
Tapejara - PR

Balço Patrimonial

Ativo		Em Milhares de Reais	
	Notas	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024 (Não Auditado)
Circulante		1.753	1.497
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	372	696
Consumidores	6	1.217	725
Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores		0	36
Tributos a Recuperar		144	17
Outros Direitos Realizáveis		20	23
Não Circulante		28.759	25.444
Direitos de Uso	7	1.088	1.082
Imobilizado	8	27.671	24.362
Total do Ativo		30.512	26.941

Passivo e Patrimnio Líquido

		Em Milhares de Reais	
	Notas	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024 (Não Auditado)
Circulante		4.913	4.326
Fornecedores		26	28
Instituições Financeiras	9	4.826	4.190
Obrigações Sociais e Trabalhistas		5	2
Obrigações Fiscais e Tributárias		30	88
Passivos de Arrendamento	7	18	16
Férias e Encargos a Pagar		8	1
Outras Obrigações		0	1
Não Circulante		21.221	16.474
Instituições Financeiras	9	13.925	12.584
Passivos de Arrendamento	7	1.124	1.090
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10	6.172	2.800
Patrimnio Líquido	11	4.378	6.141
Capital Social		6.316	6.316
Prejuízos Acumulados		(1.938)	(175)
Total do Passivo e Patrimnio Líquido		30.512	26.941

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Solar Tapejara S.A.
Tapejara - PR

Demonstração do Resultado

		Em Milhares de Reais	
		Períodos	
		01/jan./25	01/jan./24
		a	a
Notas		31/dez./25	31/dez./24 (Não Auditado)
	Receita Operacional Líquida	3.536	2.132
	Custos com Geração	(1.729)	(1.062)
	Lucro Bruto	1.807	1.070
	Despesas/Receitas Operacionais	(80)	(442)
	Despesas Gerais e Administrativas	(51)	(392)
	Despesas Tributárias	(29)	(50)
	Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	1.727	628
	Receitas Financeiras	80	229
	Despesas Financeiras	(3.570)	(755)
	Resultado Operacional	(1.763)	102
	IR e CS Correntes	0	(294)
	Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício	<u>(1.763)</u>	<u>(192)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Solar Tapejara S.A.
Tapejara - PR

Demonstração do Resultado Abrangente

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./25	01/jan./24
	a	a
	31/dez./25	31/dez./24 (Não Auditado)
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício	<u>(1.763)</u>	<u>(192)</u>
Movimentação do Exercício	0	0
Resultado Abrangente do Exercício	<u><u>(1.763)</u></u>	<u><u>(192)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Solar Tapejara S.A.

Tapejara - PR

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados/ Prejuízos Acumulados	Totais
		Reserva Legal	Deságio na Emissão de Ações	Reservas de Lucros a Disposição dos Acionistas		
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2024 (Não Auditado)	6.316	17	(316)	316	0	6.333
Prejuízo do Exercício					(192)	(192)
Destinações Propostas no Exercício: - Constituição/(Reversão) de Reservas				(192)	192	0
Saldos finais em 31 de dezembro de 2024 (Não Auditado)	6.316	17	(316)	124	0	6.141
Prejuízo do Exercício					(1.763)	(1.763)
Destinações Propostas no Exercício: - Constituição/(Reversão) de Reservas		(17)	316	(124)	(175)	-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2025	6.316	0	0	0	(1.938)	4.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Solar Tapejara S.A.
Tapejara - PR

Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Método indireto)

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./25	01/jan./24
	a 31/dez./25	a 31/dez./24 (Não Auditado)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(1.763)	102
Ajustes por:		
Alienações do Imobilizado	-	-
Férias e Encargos a Pagar	7,00	1
Depreciação e Amortização	1.047	349
	<hr/>	<hr/>
Resultado Ajustado	(709)	452
IR e CS Pagos	-	(294)
 (Aumento)/Redução dos Ativos:		
Contas a Receber de Clientes	(492)	(725)
Tributos a Recuperar	(127)	18
Outros Direitos Realizáveis	3	148
 Aumento/(Redução) dos Passivos:		
Fornecedores	(2)	(242)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	3	2
Obrigações Fiscais e Tributárias	(58)	63
Passivos de Arrendamento	36	1.106
Outras Obrigações	(1)	(432)
	<hr/>	<hr/>
Caixa Líquido Utilizado (Proveniente) das Atividades Operacionais	(1.347)	96
 Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aplicações no Imobilizado	(4.362)	(3.530)
Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores	36	22
	<hr/>	<hr/>
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(4.326)	(3.508)
 Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Instituições Financeiras	1.977	(2.841)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	3.372	2.800
	<hr/>	<hr/>
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	5.349	(41)
 Aumento Líquido/(Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixas	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	696	4.149
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	372	696

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Solar Tapejara S.A.

CNPJ 42.926.558/0001-42

Tapejara - PR

Notas Explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais)

Nota 1. Contexto Operacional

A Parque Solar Tapejara S.A., é uma sociedade por ações de capital fechado, que se rege pelas disposições regulamentares que lhe foram aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores.

A companhia tem sede e foro na Cidade de Tapejara, Estado do Paraná, na Estrada Água da Onça, s/nº - lote 143-1, Bairro Zona Rural, com prazo de duração indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 30 de julho de 2021.

O objeto social da companhia abrange:

- Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador (CNAE 7739-0/99)
- Aluguel de imóveis próprios (6810-2/02)
- Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente (3313-9/99); e
- Geração de energia elétrica de origem solar (CNAE 3511-5/01).

A Administração da Companhia vem avaliando alternativas com o objetivo de otimizar sua estrutura de capital e adequar o perfil de endividamento às características operacionais do negócio. Nesse contexto, encontra-se em análise a possibilidade de refinanciamento das obrigações financeiras relacionadas ao parque solar, incluindo eventual alongamento de prazos e revisão de condições contratuais. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, não há definição quanto à conclusão dessas negociações, tampouco quanto aos seus termos e condições finais.

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão e divulgação destas demonstrações financeiras em 01 de abril de 2026, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional, Reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3 Instrumentos Financeiros

Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, na conta “Receitas e Despesas Financeiras”.

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

c) Passivos Financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

d) Outros Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2025, no caso da Companhia.

Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4 Contas a Receber de Clientes

O saldo de contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

2.5 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos", na demonstração do resultado.

2.6 Direito de Uso e Passivos de Arrendamento

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido, considerando a taxa incremental de financiamento. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado dos exercícios e registrado na linha competente à sua natureza, assim como as despesas de juros, correspondentes à amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas às "receitas e despesas financeiras".

A depreciação do ativo de direito de uso é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia reconhece seu ativo de direito de uso e passivo de arrendamentos, considerando as seguintes premissas:

(i) operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia avaliou os aspectos de renovação em sua metodologia e, por não identificar aspectos de renovação, optou por não considerar as renovações dos contratos, haja vista que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas;

(ii) contratos que envolvam o uso de ativos subjacentes de baixo valor;

(iii) somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato são consideradas; e

(iv) a metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas, descontadas pela taxa incremental de financiamento definida para a classe do ativo.

2.7 Contas a Pagar aos Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

2.8 Empréstimos e Financiamentos (Instituições Financeiras)

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

As parcelas dos empréstimos e financiamentos com vencimento no decorrer de 12 meses, são classificadas como passivo circulante. As parcelas vencimento superior a um ano, são classificadas no passivo não circulante.

2.9 Férias e Encargos

Foi constituída provisão para cobertura das obrigações previstas relativas a férias vencidas e proporcionais, com os respectivos encargos apropriados até a data do balanço.

2.10 Demais Ativos e Passivos

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base “pro-rata die”.

2.11 Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

A provisão da Contribuição Social sobre o Lucro foi constituída à alíquota de 9% (nove por cento), do lucro líquido ajustado e o Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento), com adicional federal de 10% (dez por cento), sobre a parcela excedente a R\$ 20 mil mensais, na forma que dispõe a legislação vigente.

Os impostos e contribuições sociais apurados e pagos pela Companhia estão suscetíveis de revisão por parte das autoridades tributárias e previdenciárias competentes, dentro de prazos prescricionais.

2.12 Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que estão atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os registros das operações de venda no mercado livre e regulado são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com as informações contratuais.

2.13 Regime de Tributação da Companhia

A Companhia é optante do Lucro Real.

Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1) Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

a) Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

b) Imposto de Renda, Contribuição Social e outros Impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

c) Valor Justo de Derivativos e Outros Instrumentos Financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é avaliado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado, bem como a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

d) Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

Se aplicável, a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Nota 4. Gestão de Risco Financeiro

4.1 Considerações Gerais e Políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

4.2 Fatores de Riscos Financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024 (Não Auditado)
Aplicações Financeiras	<u>372</u>	<u>696</u>
	<u>372</u>	<u>696</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e também contra oscilações de mercado e manutenção da liquidez.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Nota 6. Consumidores

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$1.217 (R\$725, em 31 de dezembro de 2024), corresponde ao registro da provisão de receita não faturada, decorrente da energia elétrica gerada no mês de dezembro de 2025.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber.

Nota 7. Direitos de Uso

A companhia reconheceu os efeitos da norma CPC 06 (R1) Arrendamento Mercantil, tendo apresentado os seguintes efeitos práticos:

Ativo – Não Circulante
Ativos de Direito de Uso de Arrendamento
Passivo – Circulante/Não Circulante
Passivos de Arrendamento

A composição está demonstrada da seguinte forma:

	31/dez./25			31/dez./24		
	Direito de Uso	Amortização Acumulada	Valor Residual	Direito de Uso	Amortização Acumulada	Valor Residual
Ativos de Arrendamento	1.172	(84)	1.088	1.119	(37)	1.082
	<u>1.172</u>	<u>(84)</u>	<u>1.088</u>	<u>1.119</u>	<u>(37)</u>	<u>1.082</u>

A movimentação pode ser demonstrada da seguinte forma:

	31/dez./24	Aquisições	Amortização	31/dez.25
Ativos de Arrendamento	1.082	53	(47)	1.088
	<u>1.082</u>	<u>53</u>	<u>(47)</u>	<u>1.088</u>

No passivo circulante, em 31 de dezembro de 2025 o saldo representa R\$ 18 (R\$ 16, em 31 de dezembro de 2025).

Já o passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2025 está representado por R\$ 1.124 (R\$ 1.090, em 31 de dezembro de 2024).

Nota 8. Imobilizado

A composição dos saldos está assim demonstrada:

Imobilizado	Taxa de Deprec. %	31 de Dezembro 2025			31 de Dezembro 2024 (Não Auditado)		
		Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo Residual	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo Residual
Gerador de Energia	4% 3,33% a	5.454	(752)	4.702	5.240	(186)	5.054
Edificações, Obras Elétricas e Benfeitorias	4,00%	13.297	(473)	12.824	9.343	(104)	9.239
Transformadores e Acessórios	4,35%	8.686	(3)	8.683	8.678	(1)	8.677
Subestação Unitária	3,57%	1.242	(59)	1.183	1.242	(15)	1.227
Computadores e Periféricos	16,67% 3,03 a	30	(7)	23	30	(3)	27
Demais imobilizações	10%	273	(17)	256	141	(3)	138
Custos de Empréstimos		-	-	-	-	-	-
		<u>28.982</u>	<u>(1.311)</u>	<u>27.671</u>	<u>24.674</u>	<u>(312)</u>	<u>24.362</u>

A movimentação do ativo imobilizado pode ser demonstrada da seguinte forma:

	31 /dez./24	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/dez./25
Gerador de Energia	5.054	214	-	-	(566)	4.702
Edificações, Obras Elétricas		4	-	3.950	(369)	12.824
Benfeitorias	9.239				(2)	8.683
Transformadores e Acessórios	8.677	8	-	-	(2)	8.683
Subestação Unitária	1.227	-	-	-	(44)	1.183
Computadores e Periféricos	27	-	-	-	(4)	23
Demais imobilizações	138	303	-	(170)	(15)	256
Custos de Empréstimos	-	3.780	-	(3.780)	-	-
	<u>24.362</u>	<u>4.309</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.000)</u>	<u>27.671</u>

Nota 9. Instituições Financeiras

Os saldos estão assim demonstrados:

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024 (Não Auditado)
Banco Itaú	<u>4.826</u>	<u>4.190</u>
Passivo Circulante	<u>4.826</u>	<u>4.190</u>
	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024 (Não Auditado)
Banco Itaú	<u>13.925</u>	<u>12.584</u>
Passivo Não Circulante	<u>13.925</u>	<u>12.584</u>

Os empréstimos estão sujeitos a juros que estão indexados ao CDI ou às taxas pré-fixadas. A periodicidade de amortização dos empréstimos é mensal, com os vencimentos variando entre janeiro de 2026 à junho de 2031.

Nota 10. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024 (Não Auditado)
4Gw Investimentos E Participações	240	109
Biral Solare Energia Ltda.	1.029	467
Cd & Energia Participações Societárias	335	152
Cervix Participações Ltda.	119	54
Deimos Administradora De Bens Imóveis	334	151
Djg Participações Societárias Ltda.	334	151
Energia Verde Participações Societárias	669	304
Ghj Participações Ltda.	71	32
Hahn De Castro Participações Ltda.	112	51
Jvc Empreendimentos Imobiliários Ltda.	383	174
Linkage Incorporadora S.A.	71	32
Lux Energia Participações Societárias Ltda.	335	152
Nova Paineira Participações E Empeen	585	265
Pró-Ana Investimentos Ltda.	335	152
Safira Investimentos E Participações	240	109
Topazio Investimentos E Participações	240	109
Vigore Participações Societárias Ltda.	669	304
White Participações Ltda.	71	32
	<u>6.172</u>	<u>2.800</u>

Nota 11. Patrimônio Líquido**11.1 Capital social**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social é de R\$ 6.316, dividido em 631.588.497 (seiscentos e trinta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e noventa e sete) ações ordinárias nominativas, de classe única, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024 (Não Auditado)
Capital Social Subscrito	<u>6.316</u>	<u>6.316</u>
	<u>6.316</u>	<u>6.316</u>

	Quantidade de Ações	Capital Integralizado	Participação (%)
Nova Paineira Participações e Empreendimentos Ltda.	56.846.384	568.463,84	9,0005%
Vígore Participações Societárias Ltda.	65.037.204	650.372,04	10,2974%
Energia Verde Participações Societárias	65.037.204	650.372,04	10,2974%
Lux Energia Participações Societárias Ltda.	32.608.464	326.084,64	5,1629%
Cervix Participações Ltda.	11.581.692	115.816,92	1,8337%
Ghj Participações Ltda.	6.949.014	69.490,14	1,1002%
Linkage Incorporadora S.A.	6.949.014	69.490,14	1,1002%
White Participações Ltda.	6.949.014	69.490,14	1,1002%
Cd & Energia Participações Societárias	32.608.464	326.084,64	5,1629%
Djg Participações Societárias Ltda.	32.428.742	324.287,42	5,1345%
Jvc Empreendimentos Imobiliários Ltda.	37.241.142	372.411,42	5,8964%
Pró-Ana Investimentos Ltda.	32.608.464	326.084,64	5,1629%
Deimos Administradora De Bens Imóveis	32.428.738	324.287,42	5,1345%
Safira Investimentos e Participações Ltda.	23.292.870	232.928,70	3,6880%
Topazio Investimentos e Participações Ltda.	23.292.870	232.928,70	3,6880%
4GW Investimentos e Participações Ltda.	23.292.870	232.928,70	3,6880%
Biral Solare Energia Ltda.	100.004.500	1.000.045,00	15,8338%
Sion Projetos de Energia S.A.	31.579.425	315.794,25	5,0000%
Hahn De Castro Participações Ltda.	10.852.422	108.524,22	1,7183%
	<u>631.588.497</u>	<u>6.315.884,97</u>	<u>100,0000%</u>

11.2 Reserva Legal

De acordo com Estatuto Social, dos lucros apurados no exercício social destinar-se-ão 5% (cinco por cento) para formação da reserva legal, limitando-se a 20% (vinte por cento) do capital social.

11.3 Reservas de Lucros

O saldo da conta de Lucros Acumulados será destinado às Reservas de Lucros a Disposição dos Quotistas, conforme disposto no artigo nº 202, da Lei nº 6.404/76.

Nota 12. Receita Operacional Líquida

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024 (Não Auditado)
Receita Operacional Bruta		
Receitas de Aluguel	3.901	2.213
(-) Deduções		
Impostos Sobre Vendas e Serviços	(365)	(81)
	<u>3.536</u>	<u>2.132</u>

Nota 13. Custos e Despesas Por Natureza

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024 (Não Auditado)
Salários e Encargos	(67)	(16)
Serviços de Terceiros	(607)	(541)
Seguros	(71)	(20)
Impostos e Taxas	(29)	(51)
Depreciação	(955)	(349)
Outros Custos e Despesas	(80)	(527)
	<u>(1.809)</u>	<u>(1.504)</u>
Custos com Geração	(1.729)	(1.062)
Despesas Gerais e Administrativas	(51)	(392)
Despesas Tributárias	(29)	(50)
	<u>(1.809)</u>	<u>(1.504)</u>

Nota 14. Receitas e Despesas Financeiras

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024 (Não Auditado)
(+) Receitas Financeiras		
Rendimento Aplicação Financeira	60	227
Demais Receitas Financeiras	20	2
	<u>80</u>	<u>229</u>
(-) Despesas Financeiras		
Juros Passivos	(3.563)	(753)
Demais Despesas Financeiras	(7)	(2)
	<u>(3.570)</u>	<u>(755)</u>
Receitas e Despesas Financeiras, líquidas	<u>(3.490)</u>	<u>(526)</u>

Nota 15. Provisão para Contingências

A Companhia não mantém processos judiciais como polo passivo, com risco de perda possível ou provável. Desta forma a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas.

Nota 16. Cobertura de Seguros (Não Auditados)

A Companhia tem por política contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Companhia realiza o gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar potenciais riscos e sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operações, sendo a cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensões semelhantes operando no setor.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.